

Ninguém pode ser obrigado a testemunhar, diz Carlos Coelho

O presidente da Comissão Temporária do Parlamento Europeu sobre a CIA recordou que ninguém pode ser obrigado a testemunhar a propósito deste caso. Carlos Coelho reúne-se, esta quarta-feira, com o ministro Luís Amado, reunião em que não estarão presentes Figueiredo Lopes e Paulo Portas.

O presidente da Comissão Temporária do Parlamento Europeu sobre a CIA lembrou que ninguém pode ser obrigado a testemunhar contra a sua vontade neste caso, até porque a comissão a que Carlos Coelho presidente não é uma comissão de inquérito.

«Não temos poderes judiciais para obrigar ao testemunho, portanto depende de as pessoas convidadas aceitarem ou não», afirmou o eurodeputado social-democrata, na terça-feira, à chegada a Lisboa.

Numa altura em que ainda só já sabia da recusa do ex-ministro Figueiredo Lopes, Carlos Coelho disse que o antigo titular da pasta da Administração Interna tinha através de uma carta declinado o convite «de uma forma delicada» e que nessa reiterava que não tinha havido qualquer autorização relativa a voos ilegais feitos pela CIA.

Entretanto, também o ex-ministro da Defesa Paulo Portas recusou o convite para ser ouvido, esta quarta-feira, em Lisboa, por esta comissão, alegando que já afirmou não ter tido conhecimento de qualquer tipo de ilegalidades a este respeito.

«Referi a minha convicção de que nenhum membro dos Governo de que fiz parte recebeu tal informação. Mantenho o que afirmei e, por isso, não vejo que contributo útil possa dar para os vossos trabalhos», declarou Paulo Portas numa carta enviada a Carlos Coelho.

Nesta missiva a que a agência Lusa teve acesso, Portas sublinha «não ter tido qualquer conhecimento, pessoal ou institucional, do eventual 'transporte ilegal de prisioneiros' em espaço aéreo português ou qualquer outro».

O antigo governante estranhou ainda que a comissão não tenha optado por ouvir os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Governo PSD-CDS e tenha excluído da lista os actuais titulares das pastas da Defesa e Administração Interna, Severiano Teixeira e António Costa.

O agora deputado centrista defende ainda que o relacionamento entre a comissão e um Estado-membro se deve fazer «através do respectivo Governo em funções» e conclui que se aceitasse ser ouvido «estaria a contribuir para a erosão da regra».

Na carta, Portas considera ainda que o actual ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, «tem fornecido informação sobre a matéria, garantindo a leal colaboração do Estado português», nomeadamente a Assembleia da República.

A Comissão Temporária do Parlamento Europeu sobre os voos da CIA reúne-se esta quarta-feira em Lisboa com Luís Amado, com os presidentes do Instituto Nacional de Aviação Civil e da Navegação Aérea Portuguesa, bem como com os directores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Serviço de Informações e Segurança.